



**SRM**  
S O C I E D A D E  
*Rural de Maringá*

ANO VI - EDIÇÃO Nº 76  
JUNHO | JULHO 2017

**EXPOINGÁ 2017**  
**BATE RECORDE**  
**DE PÚBLICO E**  
**COMERCIALIZAÇÃO** P. 18 A 21

# Entrevista

**Entrevistado com exclusividade** pelo informativo da Sociedade Rural de Maringá (SRM), o deputado federal Sérgio Souza (PMDB-PR) destacou a colaboração dos produtores rurais para a recuperação da economia brasileira e defendeu incentivos para o setor. O parlamentar também comentou as reformas em andamento no Congresso Nacional, a questão das dívidas com o Funrural, o Código Florestal Brasileiro e as discussões na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural que preside na Câmara. Souza ainda falou de infraestrutura viária. Ele atuou como relator da Medida Provisória 752 defendendo a não renovação dos contratos de cobrança de pedágio no Paraná. Na entrevista abordou o compartilhamento das linhas ferroviárias de interesse das cooperativas.



## Sérgio Souza

presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na Câmara dos Deputados

**SRM - Entre os assuntos em pauta no momento estão as reformas trabalhista e da Previdência. Que reflexos essas reformas devem trazer ao setor rural?**

**Sérgio Souza** - Tanto a reforma trabalhista quanto a da Previdência trazem reflexos para o setor rural. Com a terceirização, a reforma trabalhista apresenta consequências positivas no meu modo de pensar. Por exemplo, na contratação de terceiros para realizar plantios, tratos culturais, colheita, transporte, ou seja, no dia a dia das atividades de uma propriedade rural. A reforma extingue a contribuição sindical obrigatória. Neste sentido, os sindicatos dos trabalhadores e os patronais terão que estar mais próximos de seus associados e com mais representação para melhor defender os legítimos interesses da

categoria. Quanto à Reforma da Previdência, entendo que o importante é o homem e a mulher do campo terem uma contribuição específica. Como se sabe, estas duas reformas estão no momento em discussão no Congresso Nacional e acompanhamos com atenção a matéria.

**SRM - Essas reformas podem onerar ainda mais o produtor rural?**

**Sérgio Souza** - Ao criar uma contribuição individual para os cônjuges temos que levar em consideração que essa contribuição é fundamentada em um percentual do salário mínimo, o que vai garantir ao trabalhador e à trabalhadora rural os benefícios previdenciários. O importante é garantir o futuro.

**SRM - Outra questão recente é a cobrança do Funrural, reconhecido como constitucional pelo STF. A medida adotada pelo governo reduzindo a alíquota para 1,5% é satisfatória, na visão do senhor?**

**Sérgio Souza** - Trata-se de um assunto muito polêmico. Nós, da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, promovemos, dias atrás, uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Agricultura do Senado para debater essa decisão do STF. Foi uma audiência muito concorrida, onde compareceram muitas lideranças rurais. Essa contribuição para o Funrural tem uma longa discussão jurídica. Não é tão simples quanto à constitucionalidade ou não do tributo. Lembro que tempos atrás o próprio STF o considerou inconstitucional. O Governo Federal vai editar uma Medida Provisória alterando os valores da alíquota, que deve reduzir de 2,3% para 1,5% sobre o valor da produção. Assim se confirmado, haverá redução dos encargos ao produtor. A alíquota atual favorece os setores intensivos de mão-de-obra, como a fruticultura, café, cana de açúcar, mas pesada para os setores intensivos de capital, como a pecuária. Defendo um equilíbrio contributivo.

**SRM - Quanto às dívidas acumuladas, não vai ficar pesado demais para os produtores que terão de pagá-las daqui para frente?**

**Sérgio Souza** - Este foi um dos aspectos mais discutidos com o governo, com o ministro da Fazenda, Henrique Meireles, com o ministro Blairo Maggi, da Agricultura, com o Jorge Antônio Deher Rachid, da Receita Federal. Foi sobre a capacidade de pagamento dessa contribuição em atraso. A Medida Provisória trará, com certeza, as regras, que acredito sejam favoráveis às renegociações. Há um aceno para pagamento em até quinze anos para quitar o passivo, com redução de multas, de mora, isenção de juros e outros benefícios.

**SRM - Além dessas questões, a agropecuária brasileira sofre com os problemas da infraestrutura precária, altos impostos indiretos, a burocracia, o baixo nível de educação e capacitação de mão-de-obra. Como solucionar tais problemas?**

**Sérgio Souza** - É uma grande questão para todo o setor produtivo rural. Sabemos que até a porteira da propriedade o agronegócio é competitivo, não teme os concorrentes. Contudo, a partir daí, surgem os problemas. Nossa infraestrutura ainda é precária. Rodovias, portos, armazéns, os impostos, a burocracia, a educação e a mão-de-obra tudo isso compõem o que denominamos de gargalos do setor produtivo rural. Costuma-se dizer que a burocracia é uma das pragas que atacam a agropecuária brasileira. Como solucionar tais problemas? Com muito investimento em todos esses setores. Estimular as parcerias pública/privada seria um dos caminhos. No caso do transporte de nossa produção por que não investir cada vez mais em hidrovias, ferrovias, portos e armazenagem?

**SRM - O senhor tem um projeto propondo a não renovação dos atuais contratos de concessão das rodovias no Paraná? O que é proposto e de que forma isso vai trazer benefícios para a sociedade, que paga atualmente o alto preço dos pedágios?**

**Sérgio Souza** - Relatamos no Congresso Nacional a Medida Provisória 752 que trata das concessões nos modais aéreo, ferroviário e rodoviário. Especialmente no modal rodoviário elaboramos um adendo as propostas originais que vieram do Executivo, estabelecendo que as prorrogações dos contratos não podem se concretizar nos contratos elaborados na década de 1990, caso do Anel de Integração aqui no Paraná. Todos nós sabemos a lentidão na duplicação e na implantação de outras obras nas rodovias paranaenses. O cenário desfavorável à economia estadual e mais o alto custo do pedágio, somado a constatação de que os contratos não preveem a simples prorrogação no término dos mesmos, baseou nossa posição. Temos a consciência de que o custo do pedágio tem impacto negativo no Custo Paraná e de que quando da concessão por parte do Governo do Estado, a economia tinha outro perfil com a Taxa Interna de Retorno dos investimentos bem superior à verificada hoje. O atual modelo deve ser sepultado e o Paraná ter um novo modelo ao

fim do atual contrato com preços mais justos para os usuários e com mais segurança nas rodovias.

**SRM - Sobre o compartilhamento do uso de ferrovias com cooperativas, cuja Medida Provisória o senhor foi relator, como funciona a proposta e o que representa para o agronegócio?**

**Sérgio Souza** - Primeiro é preciso destacar que o agronegócio é fundamental para a economia nacional como estão demonstrando os números. O modal ferroviário é essencial para o setor. A malha ferroviária brasileira é dividida em segmentos controlados por grandes grupos ligados à logística. O que defendemos com o compartilhamento da linha são “janelas” de tráfego onde outras entidades ou organizações possam operar suas composições ferroviárias em períodos de tempo ajustados. Tomemos como exemplo uma cooperativa do Norte do Paraná que tenha tração (locomotivas) e material rodante (vagões) próprios ou fretados, ela pode formar suas composições e deslocar sua produção usando os trilhos da concessionária. O compartilhamento moderniza a operação das ferrovias brasileiras podendo incluir variáveis como a venda direta da tração ou da capacidade da linha.

**SRM - O Código Florestal Brasileiro completa cinco anos. Qual avaliação o senhor faz hoje dessa legislação em termos de avanços para o País, consequências e desafios?**

**Sérgio Souza** - O Código Florestal Brasileiro representa um significativo avanço para a legislação florestal e a regularização ambiental de nosso país. Penso que foi construído um texto equilibrado, embora não seja um texto dos sonhos. No mês de maio, a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, da qual sou presidente, e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), promoveram uma audiência pública para comemorar os cinco anos do Código Florestal. Durante as discussões, todos os palestrantes reconhecerem que está legislação foi um avanço em termos de segurança jurídica, mas ainda é incompreendida e até contestada

por certos segmentos da sociedade. Um dado interessante foi apresentado pela Embrapa: 67% das nossas matas ainda estão preservadas, são nativas, tais como Cabral aqui encontrou há 517 anos atrás. Temos observado que produção e preservação não são excludentes.



**SRM - Como a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural vê o Plano Safra 2017/2018 prestes a ser divulgado pelo Governo?**

**Sérgio Souza** - Trouxemos as discussões do Plano Agrícola e Pecuária da safra 2017/18, para o seio da Comissão de Agricultura e da FPA. Temos levado nossas preocupações ao ministro da Agricultura e da Fazenda, que é o dono do cofre. Recebemos aqui na Comissão de Agricultura representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil uma proposta bem elaborada. Defendemos com muita firmeza mais recursos para os investimentos, para os plantios e para a comercialização. Mais recursos com juros menores, que isso fique bem claro. Crédito rural é fundamental para manter o estímulo ao setor. O Plano Agrícola é um permanente tema de interesse de todos nós e das entidades representativas, como as cooperativas, sindicatos, federações etc. O governo tem que ter em mente que o setor produtivo rural é o mais exitoso da nossa economia no momento e, incentivado, responde com mais velocidade, com resultados imediatos porque temos tecnologia, clima favorável e, acima de tudo, temos produtores com muita disposição e competência. Se lhe derem um empurrão, vai para frente. E o Brasil precisa ir sempre para frente. Com certeza, o agronegócio é o caminho. ■